

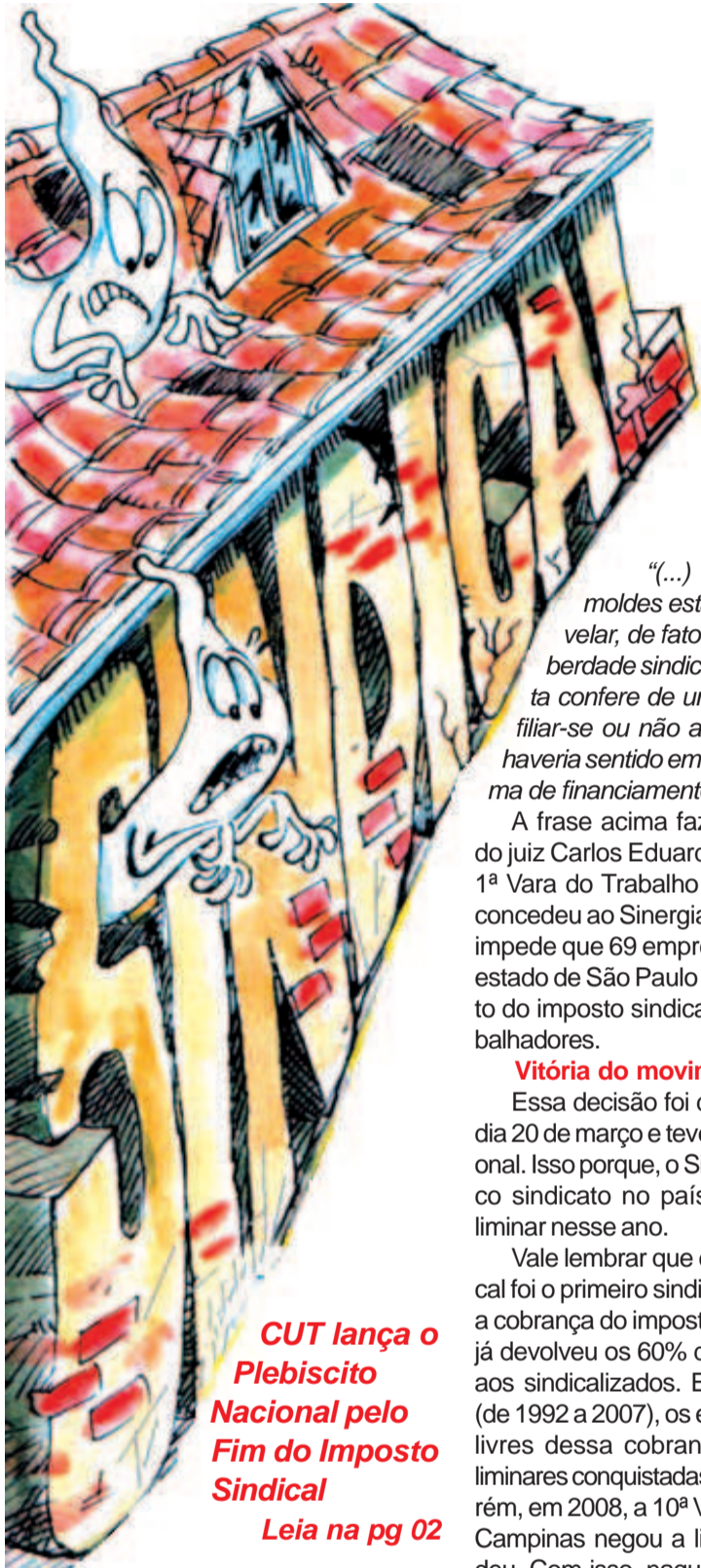
Serviço essencial,  
Sindicato indispensável

Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de SP  
[www.sinergiaspcut.org.br](http://www.sinergiaspcut.org.br)

Sem Imposto Sindical

## Sinergia CUT é arma na defesa da nova proposta de estrutura sindical

**Sindicato reconquista na Justiça a liminar que impede a cobrança do imposto sindical, uma taxa compulsória que favorece o surgimento de sindicatos de gaveta. E, para colocar um fim modelo ao sindical brasileiro arcaico e inconveniente, a CUT defende a ratificação da Convenção 87 da OIT. Fique ligado. Você tem tudo a ver com isso!**



**CUT lança o Plebiscito Nacional pelo Fim do Imposto Sindical**  
Leia na pg 02

*"(...) a persistência dos moldes estatuídos pode se revelar, de fato, uma atentado à liberdade sindical, porque se a Carta confere de um lado, o direito de filiar-se ou não a um sindicato, não haveria sentido em preservar um sistema de financiamento compulsório (...)."*

A frase acima faz parte da decisão do juiz Carlos Eduardo Oliveira Dias, da 1ª Vara do Trabalho de Campinas que concedeu ao Sinergia CUT a liminar que impede que 69 empresas de energia do estado de São Paulo realizem o desconto do imposto sindical da conta dos trabalhadores.

### Vitória do movimento sindical

Essa decisão foi divulgada no último dia 20 de março e teve repercussão nacional. Isso porque, o Sinergia CUT é o único sindicato no país a reconquistar a liminar nesse ano.

Vale lembrar que esta entidade sindical foi o primeiro sindicato cutista a abolir a cobrança do imposto. De 1989 a 1991, já devolveu os 60% do Imposto Sindical aos sindicalizados. E, durante 16 anos (de 1992 a 2007), os eletricitários ficaram livres dessa cobrança garantidos por liminares conquistadas pelo Sindicato. Porém, em 2008, a 10ª Vara do Trabalho de Campinas negou a liminar e a suspendeu. Com isso, naquele ano, o Sinergia CUT voltou a devolver os 60% do Imposto

a todos os trabalhadores sindicalizados.

Agora, a situação foi revertida na Justiça e, novamente, os trabalhadores da base do Stieec/Sinergia CUT, não sofrerão o desconto. A exceção é a CPFL, única empresa que entrou na Justiça para tentar alterar a situação e depositou em juízo o valor do imposto descontado dos trabalhadores (*leia mais no verso*).

Com relação à liminar, o juiz reconhece na decisão que o imposto "reforça um padrão de organização sindical completamente dependente do Estado". Ele determina multa de R\$ 500 por trabalhador que tiver o imposto descontado da folha. O valor equivale a um dia de trabalho por ano. "A realidade demonstra a contínua criação dos chamados 'sindicatos de carimbo', cujo objetivo é, essencialmente, obter a parcela da contribuição, sem que tenham qualquer representatividade junto à categoria", afirma o juiz.

Mais: desta vez, ele não só barrou a contribuição obrigatória, como acionou a federação, confederação, central e Ministério do Trabalho e Emprego, que também ficam com parte do imposto, para que se posicionem sobre a cobrança.

### Imposto Sindical e os sindicatos de gaveta

Sem precisar passar pelo crivo democrático dos trabalhadores, o imposto sindical acaba por estimular o surgimento de entidades pouco representativas.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o número de sindicatos – patronais e de trabalhadores – passou de 12.673, em 2009, para 13.848, no primeiro semestre de 2011. A média é de 1,6 sindicato criado a cada dia.

Essa proliferação se torna um grande negócio para os oportunistas. Enquanto os sindicatos de fachada garantem o direito à cobrança, as centrais garantem números para receber o imposto – precisam ter ao menos 7% de representatividade.

Ao contrário de unificar por ramos de atividade, como defende a CUT, para ampliar o poder de negociação e estabelecer acordos nacionais e pisos unificados, o imposto sindical promove a fragmentação. E quanto mais sindicatos, mais recursos.

Para o presidente do Sinergia CUT Jesus Francisco Garcia, o reconhecimento legal das centrais, ocorrido em 2008, fortalece a democracia e abre caminho para outras conquistas, como a organização nos locais de trabalho e o pleno direito à informação e negociação para o setor público e privado. Para ele, "o ideal é uma reforma sindical que garanta a ratificação da Convenção 87 da OIT - que prevê liberdade e autonomia dos sindicatos em relação a governos e patrões - e a substituição do imposto sindical por uma contribuição que será aprovada pelos trabalhadores em assembleia".

## “Sindicato tem que estar na base, tem que ter sócio”

Confira a entrevista de Gentil Teixeira de Freitas, presidente do STIEEC/ Sinergia CUT sobre o fim do imposto sindical



Roberto Claro

**Na sua opinião, qual é a vantagem de acabar com o imposto sindical?**

O fim do imposto sindical faz parte de uma luta maior, da pauta dos trabalhadores, que é a reforma sindical, que permitirá autonomia ao movimento sindical. A hora que deixarmos de ter o Imposto Sindical, sindicatos de cartório, de gaveta deixam de existir. Um exemplo é o sindicato dos comerciários que tem 40 mil trabalhadores, que não chega a ter 4

mil sócios. Por qual motivo? Eles arrecadam dinheiro do imposto sindical de 40 mil trabalhadores. Portanto, eles sobrevivem exclusivamente desse dinheiro, não precisam de sócios. A consequência disso é que a categoria não se organiza, não realiza assembleia, atividades, não se prepara, não passa informação. O fim do imposto sindical acabaria com situações como essa, de sindicatos que existem no papel, mas que de fato não representam os trabalhadores.

**Se ocorresse o fim do imposto sindical, poderíamos dizer que existiria um fortalecimento das centrais mais representativas?**

Com certeza. As centrais sobrevivem das mensalidades pagas pelos seus sindicatos. Se os sindicatos de gaveta deixarem de existir porque não sobrevivem sem o imposto sindical, automaticamente essas centrais seriam fragilizadas. E isso é bom, porque vai fazer com que as pes-

soas se mobilizem e corram atrás de representatividade. Isso seria importante e bom para os trabalhadores e para a organização. A gente defende uma outra forma de sustentação dos sindicatos e das centrais sindicais, que é a que já praticamos no Sinergia CUT: a taxa negociada. Esta contribuição não é cobrada automaticamente. Ela é aprovada em assembleia, pela categoria. O sindicato tem que ir na base, debater com sócios e não sócios. O trabalhador tem o direito de se manifestar se quer ou não que esta taxa seja cobrada. O imposto sindical não tem debate nenhum é simplesmente descontado em 31 março de todo mundo, sócio ou não sócio. Portanto, é muito mais cômodo e os sindicatos ficam atrelados ao estado.

**Qual é a experiência que o Sinergia CUT deixa para os demais sindicatos?**

Fizemos um grande debate na cate-

goria de 88 a 89 que lançava aos trabalhadores a seguinte questão: que tipo de sindicato você quer? Do que adianta um sindicato com uma mensalidade pequeninha, que sobrevive unicamente do imposto sindical e não mobilizar e organizar a categoria? Por isso, deliberamos que nossa mensalidade seria de 1.3% da remuneração de cada trabalhador. Hoje, 80% da categoria é filiada ao Sinergia CUT. Isso porque há uma atuação sindical. A pessoa fica sócia porque avalia que tem um retorno, sentem que são bem representados. Muitas pessoas que trabalham nas empresas energéticas e são filiadas a outros sindicatos dizem: 'nosso sindicato nunca apareceu aqui'. Esse sindicato existe. Não aparece na base porque não precisa de sócio. Vive de imposto sindical. A partir do fim do imposto sindical ou esses sindicatos vão para a base e começam a trabalhar ou deixam de existir.



# Diga NÃO ao IMPOSTO SINDICAL

**CUT lança Plebiscito Nacional sobre Imposto Sindical, em Campinas. Lançamento foi no dia 26 de março, em assembleia na sede da Elektro. Trabalhadores já começaram a votar, a maioria contra o imposto sindical**



No horário do almoço, cerca de 120 trabalhadores da Elektro acompanharam atentamente a assembleia sobre o lançamento do plebiscito que a CUT promove até 30 abril em todo o país para coletar a opinião dos trabalhadores sobre o Imposto Sindical. Além do plebiscito, a assembleia tratou das informações da PLR 2011 e outros assuntos negociados entre Sindicato e empresa.

Dirigentes do Sinergia CUT e o presidente da CUT Nacional Artur Henrique conduziram a primeira assembleia de lançamento nacional do plebiscito. Antes mesmo da assembleia, parte dos trabalhadores que se dirigia ao restaurante parou para deixar o voto na urna coletora recém-instalada na entrada do refeitório. Materiais explicativos da campanha pela Liberdade e Autonomia Sindical foram distribuídos.

O presidente da CUT, o eletricitário Artur Henrique, explicou aos trabalhadores o motivo da campanha. "São os trabalhadores que devem decidir a melhor forma de se organizar e sua forma

de sustentação financeira. Para ter sindicato forte, combativo e representativo é fundamental acabar com o imposto e unicidade sindical e defender a liberdade e autonomia sindical", destacou Artur Henrique.

Segundo o presidente da CUT Nacional, são criados no Brasil três novos sindicatos por dia, o que só serve para dividir, enfraquecer a luta dos que já existem e ficar com a contribuição compulsória. Vale destacar que o plebiscito está sendo realizado não só entre os trabalhadores de sindicatos filiados a CUT, mas também de outras centrais.

O presidente do Sindicato dos Eletricistas de Campinas/Sinergia CUT, Gentil Teixeira de Freitas, relembrou a história de luta do Sindicato, sempre à frente em relação à luta pelo fim Imposto Sindical, sendo o primeiro sindicato cutista a abolir a cobrança deste imposto. "O próprio

nome já diz: imposto. Somos contra esta imposição. Acreditamos que o Sindicato tem que ter sócio. Quanto mais filiados, mais representativo é o Sindicato. São essas pessoas que decidem a forma de sustentação financeira", defende Gentil.

Junto com a CUT, o Sinergia CUT defende a substituição dessa cobrança pela contribuição negocial, definida democraticamente em assembleia pelas categorias.

Para o trabalhador Luis Alberto José, que está há 24 anos na Elektro, a assembleia foi muito boa. "Foi ótimo para trazer a participação das pessoas. A presença do Sindicato e abertura da empresa contribuiu muito para a formação de opinião". Ao ser questionado sobre seu voto, respondeu com uma larga gargalhada: "Esse



Fotos: Roberto Claro

imposto é o calo da gente! Já pago muito imposto. Já votei contra o imposto sindical".

## A luta continua

Além do plebiscito, a CUT pretende coletar assinaturas para um projeto de lei que ratifique, no Brasil, a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre liberdade sindical. A coleta começa logo após o plebiscito, nas comemorações do 1º de Maio. Essa campanha vai até 2013, quando a central completará 30 anos.

O Sinergia CUT levará às empresas energéticas as urnas coletoras de votos. Os trabalhadores poderão manifestar sua posição sobre o Imposto Sindical. Participe!



## O imposto e os patrões

# Por que eles não querem mudanças na estrutura sindical?

**Vexame: na contramão da vontade dos trabalhadores, CPFL aciona Justiça pedindo suspensão da liminar**

A CPFL provou que pouco importa a vontade dos trabalhadores. No momento em que os energéticos participam do plebiscito pelo fim do Imposto Sindical, no último dia 22, a empresa entrou com ação na Justiça, solicitando a suspensão da liminar concedida ao Sindicato e que impedia o desconto do Imposto Sindical de seus trabalhadores. Solicitou ainda que, caso não fosse possível revogar a liminar, o juiz autorizasse o desconto e depósito em juízo. O magistrado Carlos Eduardo Oliveira Dias, da 1ª Vara do Trabalho de Campinas, indeferiu o primeiro pedido e deferiu o segundo.

Com isso, mais do que depressa, a CPFL descontou o valor do imposto (que corresponde a um dia de trabalho) da conta dos seus trabalhadores e o depositou em juízo.

O Sindicato já está tomando todas as providências jurídicas cabíveis.

É difícil de entender: se a grana do imposto não sai do caixa da empresa, mas sim, do bolso do trabalhador, qual motivo tem a CPFL para defender a cobrança do imposto sindical?

A reação da empresa está atrelada ao fato de que a conquista desta liminar acabou reacendendo o debate sobre a estrutura sindical no Brasil e a necessidade de mudanças. Prova disso foi a repercussão do assunto em jornais de circulação nacional como o Valor Econômico, que publicou matéria no último dia com entrevista com o presidente do Stieec/Sinergia CUT Gentil Teixeira de Freitas.

Este episódio indica que a CPFL não deseja que os trabalhadores avancem na sua forma de organização. O fato de a Justiça reconhecer que o Imposto Sindical "é um atentado à liberdade sindical" representa uma ameaça para a empresa. Com o fim do imposto, obrigatoriamente só passarão a existir os sindicatos combativos. É contra isso que a CPFL está lutando.

"Pode-se afirmar que, com o episódio do Imposto Sindical e essa interferência no relacionamento entre Sindicato e trabalhador, a CPFL está ferindo a norma SA 8000, que trata, entre outros quesitos, sobre a liberdade de associação, discriminação, práticas disciplinares e as responsabilidades da gerência em manter e melhorar as condições do trabalho. O dinheiro do imposto, que pertence ao trabalhador, agora está retido em juízo", contesta a direção do Sinergia CUT que lembra ainda que a CPFL foi a única empresa elétrica do estado de SP que entrou com ação na Justiça para garantir o desconto do imposto da conta do trabalhador.

## De carona...

A Elektro encaminhou e-mail aos trabalhadores com a boa notícia de que não irá efetuar o desconto do imposto sindical. Mas a boa nova ficou só no primeiro parágrafo da mensagem, pois em seguida a empresa informou que poderá efetuar o desconto retroativamente, caso a liminar seja cassada. Insinuação desne-



cessária, depois da boa recepção do plebiscito em sua sede.

As palavras de Artur Henrique, presidente da CUT, eletricitário da CPFL, ajudam a entender os motivos pelos quais algumas empresas insistem em trabalhar contra a extinção do imposto sindical:

"Quando participam da vida dos sindicatos, através das organizações nos locais de trabalho e nas atividades de mobilização que as entidades realmente

atuantes realizam, os trabalhadores e trabalhadoras vivem um processo formativo, para muitos deles de iniciação na vida política e de despertar para a luta por mais direitos. Dentre esses companheiros, muitos deles se tornarão novas lideranças e a imensa maioria, atores conscientes que levarão o debate para diferentes espaços. Para a CUT, o melhor é construir sindicatos fortes por ramo de atividade e que representem todas as categorias que atuam nesse ramo."

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.

**Sede:** Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas, SP - CEP: 13015-082. **Fones:** Campinas (19)3739-4600 / 0800-171611; São Paulo (11) 5571-6175; **SindGasista** (11) 3313-5299;

**Bauru** (14)3234-8445; **Ilha Solteira** (18)3742-2828; **Presidente Prudente** (18) 3903-5035; **Ribeirão Preto** (16)3626-8676

**Rio Claro** (19)3524-3712; **Baixada Santista** (13)3222-6466; **São José do R. Preto** (17) 3215-1188 ; **Vale do Paraíba** (12)3622-4245;

**SindLitoral** (13)3422-1940; **SindPrudente** (18)3222-1986; **SindLuz Araraquara** (16) 3332-2074

**Diretor de Comunicação:** Claudinei Ceccato

**Redação e diagramação:** Cecília Gomes (Mtb 42799), Débora Piloni (MTb 25172), Elias Aredes Jr. (MTb 26850) e Lillian Parise (MTb 13522)

**Fotografia:** Roberto Claro **Ilustração:** Ubiratan Dantas

**E-mail:** imprensa@sinergiaspcut.org.br **Tiragem:** 12 mil exemplares

EXPEDIENTE

